



**Educação Popular e Inserção Curricular da Extensão nos Currículos de Graduação:
fundamentos teóricos, princípios e desafios**

Popular Education and Curricular Insertion of Extension in Undergraduate Courses: Theoretical Foundations, Principles and Challenges

Pedro José Santos Carneiro Cruz

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

João Pessoa/Paraíba

Aline Zorzi Schultheis de Freitas

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM)

Manaus/Amazonas

Luciéllo Marinho da Costa

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

João Pessoa/Paraíba

Resumo: O estudo discute a inserção curricular da extensão universitária nos cursos de graduação sob a perspectiva da educação popular. O conceito de extensão que âncora processo parte de uma extensão como dimensão constitutiva da formação acadêmica e prática social vinculada à realidade dos territórios que se orienta pelos princípios e diretrizes da educação popular. Essa extensão fundamenta-se em princípios como o diálogo, a escuta ativa, a participação social ativa e propositiva e construção coletiva do conhecimento. O texto, produzido em formato de ensaio, apresenta essas características fundamentais da extensão, as vantagens pedagógicas, sociais e epistemológicas da adoção da extensão popular como referência metodológica para o processo de inserção curricular da extensão. Também são apresentados alguns dos desafios que emergem no processo.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Inserção Curricular da Extensão. Educação Popular.

Abstract: This study discusses the curricular inclusion of university extension from the perspective of popular education. The concept of extension that anchors the process is based on extension as a constitutive dimension of academic training and social practice linked to the reality of the territories, guided by the principles and guidelines of popular education. This extension is based on principles such as dialogue, active listening, active and proactive social participation, and collective construction of knowledge. The text presents these fundamental characteristics of extension, the pedagogical, social, and epistemological advantages of adopting popular extension as a methodological reference for the process of curricular inclusion of extension. Some of the challenges that emerge in the process are also presented.

Keywords: University Extension. Extension Curricular Insertion. Popular Education.

1. Introdução

Este estudo objetiva discutir a inserção curricular da extensão universitária sob a perspectiva da educação popular cujos aspectos apresentados foram formulados a partir das discussões e vivências do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (Extelar) vinculado ao Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular (NUPLAR) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Programa de Extensão em Educação Popular, Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional (PINAB) também da UFPB. O PINAB já atua nas comunidades de João Pessoa há mais de uma década.

O presente artigo foi elaborado a partir da participação do Professor Pedro José Santos Carneiro Cruz no *I Seminário Nacional sobre Formação em Saúde e Curricularização da Extensão: Desafios e Perspectivas para o SUS*, realizado em 2024. A atividade teve como tema **“Ensinação na Extensão Universitária: caminhos, possibilidades, curricularização e educação popular”**.

A fundamentação teórica que sustenta a discussão foi construída com base na pesquisa de doutorado intitulada *As Contribuições da Educação Popular para a Inserção Curricular da Extensão*, de autoria de Aline Zorzi Schultheis de Freitas, sob a orientação do Professor Pedro José Santos Carneiro Cruz.

A extensão universitária enquanto interação dialógica entre instituições e comunidade possibilita o diálogo entre saberes e conhecimentos, além de uma formação humana integral e omnilateral, o que reforça uma formação que transcende os espaços formais de ensino, focado não apenas para o ensino de técnicas, mas também para o seu compromisso social e inserção do estudante nos diversos territórios. Para as instituições de ensino, a extensão universitária fortalece o elo entre elas e as comunidades, promovendo assim processos políticos-pedagógicos contextualizados com as necessidades e demandas da sociedade, ao mesmo tempo que contribui para a transformação social.

A extensão universitária é um dos elementos basilares entre o ensino e a pesquisa, formando, assim, um tripé indissociável e complementar à formação humana integral do indivíduo. Esta integração é prevista pela Constituição Federal Brasileira (Brasil, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Brasil, 1996), que determinam que os cursos de nível superior devam garantir o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Entretanto, este tripé encontra-se desequilibrado, pois o ensino e a pesquisa estão mais

fortemente difundidos na academia, enquanto a extensão ainda segue, em certa medida, negligenciada e, muitas vezes, isolada dos demais pilares do ensino superior (c).

Desde 2001, com o primeiro Plano de Educação (PNE) busca-se inserir a extensão universitária no currículo dos cursos superiores. Contudo, essa proposta ganhou força e evidência com o segundo PNE (2014) que apresenta na estratégia 12.7 a obrigatoriedade de destinar, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos para realização de ações de extensão universitária na forma de programa e projetos voltados para áreas de grande pertinência social (Brasil, 2014). Esta estratégia atrelada à meta 12 do PNE tem como objetivo elevar as matrículas no ensino superior e assegurar a qualidade da oferta e expansão de novas matrículas no segmento público (Brasil, 2014). De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), todos os cursos de graduação deveriam ser organizados de modo a inserir a extensão universitária em seus currículos no prazo máximo de dez anos, compreendido entre 2014 e 2024.

Quando nos referimos a “inserção curricular da extensão” referenciamos sua inserção nos currículos, de forma obrigatória, para todos os estudantes de graduação. A inserção curricular da extensão pode provocar profundas reflexões sobre o currículo e o papel das universidades na sociedade. Neste sentido, a extensão assume a centralidade do currículo. A inserção curricular da extensão é pautada na expressão de uma universidade cidadã, por isso, as ações de extensão desenvolvidas neste âmbito devem estar alinhadas à formação acadêmica e áreas de grande pertinência social, buscando o fortalecimento de um processo educativo norteado pela interdisciplinaridade, interprofissionalidade e na atuação do estudante como protagonista da sua formação (Ferreira, [s/a]). Gadotti (2017) aponta que a extensão que deve ser inserida nos currículos é uma extensão que tenha como base o diálogo com a sociedade, o que proporciona uma interação entre instituição e sociedade, saber acadêmico e saber popular.

É importante esclarecer que o processo de inserção curricular da extensão nos cursos de graduação tem recebido diferentes denominações. Entre as mais conhecidas estão "creditação da extensão" e "curricularização da extensão". Cada uma dessas denominações, ainda que seus adeptos nem sempre o percebam, reflete uma concepção específica de extensão (Ferreira, [s/a]).

A "creditação da extensão" reflete um caráter mais técnico, burocrático, operacional, sugerindo que a principal preocupação reside apenas em atribuir créditos à extensão no currículo. Essa abordagem evidencia uma compreensão mais mecânica do processo, focada em ajustar a extensão às estruturas curriculares já existentes, sem considerar as implicações de uma nova concepção de currículo que sua inserção verdadeiramente exige (Ferreira, [s/a]). Ainda sobre o uso do termo "creditação da extensão" José Carlos Miguel (2023, p. 5) afirma que o termo "se refere ao ato de destinar à carga horária dos cursos de graduação um percentual referente às ações e atividades de extensão", corroborando da ideia que o termo remete a um processo mais técnico.

Por sua vez, a expressão "curricularização da extensão" adota uma perspectiva semelhante à da "creditação da extensão", ao incluir a ideia de que a extensão deve se adaptar ao currículo tal como ele está estruturado (Ferreira, [s/a]). Diferente da expressão "inserção curricular da extensão" que nos remete à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, destacando que, por meio de uma abordagem dialógica, os currículos devem ser completamente repensados e reconfigurados.

Essa perspectiva considera a dinamicidade inerente à extensão, sua profunda necessidade de conexão com as realidades sociais e sua contribuição essencial para uma formação mais humana (Ferreira, [s/a]). O termo "inserção curricular da extensão", nasceu no contexto da Universidade Federal de Brasília (UnB) na gestão da Professora Olgamir Amancia Ferreira, Decana da Extensão, que explica a diferenciação dos termos no "Guia Inserção Curricular da Extensão da UnB".

A inserção curricular da extensão compreende a extensão como um componente essencial da formação acadêmica, contribuindo para a formação de profissionais comprometidos com a realidade social. Essa abordagem concebe a extensão, na perspectiva de Paulo Freire (1976), como comunicação, fundamentada no diálogo, na escuta ativa e na valorização dos saberes populares, o que favorece a participação social efetiva.

Ao estruturar-se nas relações humanas e no contato direto com a comunidade, a extensão não pode simplesmente ser adaptada ao currículo existente, frequentemente marcado pela fragmentação e disciplinarização. A inserção curricular, nesse sentido, implica um processo de ressignificação do currículo e das relações entre universidade e sociedade,

promovendo uma integração que não apenas complementa a formação, mas transforma as práticas institucionais e acadêmicas.

Assim, com base nesse entendimento, concluiu-se que a expressão que melhor traduz a extensão desejada para os currículos — uma extensão fundamentada nos princípios da educação popular — é a "inserção curricular da extensão".

Neste campo, a educação popular pode contribuir com a construção de uma extensão universitária mais dialógica. A educação popular, enquanto campo teórico e prático, se caracteriza por um processo de uma construção coletiva, que busca compreender e transformar as realidades em que está inserida. É uma concepção educativa latino-americana, com aspectos teóricos, metodológicos e ético-políticos bem próprios.

A educação popular envolve um processo dialógico, crítico, horizontal e transformador, o que possibilita a construção de espaços e sujeitos que buscam a construção de uma sociedade democrática e relações democráticas em todos os campos da vida social, se constituindo resistência a sistema capitalista e que é possível viver de uma forma diferente do que é imposto pelo sistema (Holliday, 2006).

2. Que extensão queremos inserir no currículo?

Um dos primeiros aspectos relevantes no debate sobre a inserção curricular da extensão refere-se à necessidade de refletir criticamente sobre que extensão iremos efetivamente integrar ao currículo. Essa indagação revela-se essencial para o processo, pois não se trata apenas de cumprir uma exigência normativa ou inserir qualquer atividade extensionista no projeto pedagógico dos cursos, mas de integrar ao currículo, de forma consciente e intencional, uma concepção de extensão que esteja alinhada aos princípios de uma universidade progressista e socialmente referenciada.

É preciso reconhecer que há distintas formas, metodologias e abordagens de extensão universitária, e a escolha por uma delas possui implicações diretas na formação acadêmica e no papel social da universidade. Essa multiplicidade de enfoques torna-se central na discussão sobre a inserção curricular da extensão, pois a maneira como a extensão é concebida pode levar a resultados distintos: de um lado, pode fortalecer a formação crítica e cidadã dos estudantes, promovendo a emancipação social e a transformação das realidades locais; de outro, pode se limitar a uma prática tecnicista, reforçando um caráter assistencialista ou mercantilista, sem promover uma interação genuína entre a universidade e a comunidade.

Assim, ao incorporar a extensão nos currículos, é fundamental refletir sobre suas bases epistemológicas, intencionalidade política e impacto social (Araújo, Mélo; Cruz, 2021).

Dependendo da perspectiva de extensão, o processo de inserção curricular da extensão pode reforçar práticas conservadoras e tecnicistas, distanciando-se dos objetivos de uma universidade crítica, emancipadora e socialmente referenciada. Assim, a definição da extensão a ser integrada ao currículo é um elemento estruturante que pode tanto impulsionar avanços quanto promover retrocessos no campo da educação superior.

Podemos afirmar que diferentes concepções da extensão coexistem nas universidades a concepção assistencialista, a concepção mercantilista, a concepção acadêmica e a concepção de extensão popular. Contudo, a abordagem que deve orientar a inserção curricular da extensão é a extensão popular. Essa concepção compreende a extensão universitária não apenas como um componente formativo, mas como um trabalho social útil (Melo Neto, 2002). Nesse sentido, a extensão não deve ser concebida como um favor, tampouco como uma via de mão única ou de mão dupla, expressões que, segundo Melo Neto (2002), são insuficientes para apreender sua complexidade e seu sentido político-pedagógico.

Compreendê-la como trabalho implica reconhecê-la como uma prática intencional, criadora e criativa, desenvolvida por sujeitos históricos diante das contradições da realidade social. Trata-se de um fazer coletivo que visa à transformação das condições concretas de existência, reafirmando o compromisso da universidade com a construção de uma sociedade mais justa. Nessa perspectiva, a extensão assume um caráter processual e dialético, sendo constituída na relação viva entre universidade e sociedade, mediada por ações transformadoras que articulam ensino, pesquisa e compromisso social.

Neste sentido, é fundamental compreender a extensão universitária também como um processo de comunicação, nos termos definidos por Paulo Freire (1976). Tal concepção enraíza-se na ideia de que a extensão se concretiza à medida que os sujeitos acadêmicos se dispõem a se inserir nos territórios, nos serviços públicos, nas entidades e nas organizações sociais com a disposição de se comunicar genuinamente com as pessoas que ali vivem e atuam. Trata-se de reconhecer que o encontro com a comunidade não deve ser marcado por uma postura impositiva ou colonizadora dos saberes acadêmicos, mas por uma escuta ativa e por um diálogo horizontal.

Inspirado na crítica de Freire (1976) à chamada “invasão cultural”, esse entendimento de extensão propõe a superação de práticas que subordinam os saberes populares e comunitários às lógicas da ciência hegemônica. Em lugar disso, busca-se uma comunicação que permita a troca entre diferentes visões de mundo, saberes e experiências, promovendo a construção coletiva do conhecimento. A partir desse encontro dialógico, a extensão assume seu papel formativo e transformador, constituindo-se como um processo de colaboração e propositividade voltado para a transformação da realidade social.

Assim, como afirma Melo Neto (2002) a extensão é um trabalho que não faremos sozinhos, mas é um trabalho social e útil feito por pessoas que estão em seus territórios e suas realidades, vivenciando os problemas do dia a dia. Logo, é um trabalho que exige comunicação (Freire, 1976).

O ponto de partida da extensão universitária deve ser a realidade social, com suas dinâmicas, contradições, complexidades e determinações históricas. Não cabe aos sujeitos acadêmicos definir, de forma unilateral, as ações a serem desenvolvidas nos projetos e programas de extensão. Pelo contrário, é a própria realidade concreta — com suas demandas emergentes, desafios estruturais e potências organizativas — que deve orientar o fazer extensionista.

Essa concepção de extensão, ancorada no diálogo com a realidade e na valorização dos saberes populares, conduz a um processo formativo dialógico. Trata-se de uma dinâmica de ensino e aprendizagem na qual os sujeitos acadêmicos aprendem com a comunidade ao mesmo tempo em que compartilham saberes e experiências. A comunidade, por sua vez, também ensina, aprende e ressignifica conhecimentos a partir desse intercâmbio.

Paulo Freire (1994) nos lembra que a educação popular envolve um processo de humanização, na qual devemos buscar uma formação humana integral para desenvolver suas capacidades críticas com vistas à emancipação. Neste sentido, o diálogo, a participação ativa e a construção coletiva do conhecimento assumem um papel fundamental. Nestes processos educativos a criação de vínculos torna-se fundamental. Ainda para Freire (1976) sem uma relação dialógica, a educação e consequentemente a extensão se torna uma invasão cultural, onde os saberes populares são totalmente desconsiderados. Assim, para a educação popular, criar vínculos horizontais é fundamental para que o processo educativo seja libertador e

contribua para a humanização de todos os envolvidos, respeitando suas trajetórias e promovendo a autonomia dos sujeitos.

Essa concepção da extensão nos provoca a fazer uma leitura crítica da realidade, e a fazer a leitura de mundo que Paulo Freire (1976) nos mobilizava a fazer antes de fazer a leitura da palavra. Isso significa fazer uma análise crítica da realidade, dos contextos em que está inserido, para identificar as situações em limite, ou seja, as fragilidades, as contradições, os limites, os processos de injustiça e desumanização, os agentes impeditivos da felicidade e da emancipação humana que estão postos em cada cenário, e ao ir desvelando as situações - limite, para que possa ir construindo de forma coletiva, solidária e compromissada inéditos viáveis, ou seja, novas experiências, novas possibilidades, alternativas de superação das situações -limite.

A concepção de extensão defendida nesse estudo está orientada pelos fundamentos, princípios e diretrizes da educação popular. Diferentemente do que muitos ainda afirmam, a educação popular não é uma educação pobre ou inferior. Trata-se de uma proposta pedagógica que vem sendo construída desde a década de 1950 no Brasil e em toda a América Latina. Ela se configura como uma teoria do conhecimento em ação pedagógica, educativa e social, com presença significativa na realidade contemporânea. Podemos entender a educação popular como:

[...] o processo formativo permanente, protagonizado pela Classe Trabalhadora e seus aliados, continuamente alimentado pela Utopia em permanente construção de uma sociedade economicamente justa, socialmente solidária, politicamente igualitária, culturalmente diversa, dentro de um processo coerentemente marcado por práticas, procedimentos, dinâmicas e posturas correspondentes ao mesmo horizonte (Calado, 2021, p. 54).

Nesse sentido, incorporar as premissas, princípios e abordagens da educação popular à extensão universitária representa uma possibilidade concreta de constituir uma filosofia orientadora das práticas extensionistas.

A extensão orientada pela educação popular possui características elementares, entre as quais destacaremos cinco delas. A primeira tem a haver com a territorialização permanente e a convivialidade. Para construir ações de extensão vinculadas com a realidade social, suas dinâmicas, contradições e complexidades, precisamos ter uma comunicação permanente com os protagonistas de cada realidade local.

Para que a extensão universitária, orientada pela educação popular, se concretize de forma efetiva, é imprescindível adotar uma postura de territorialização. Isso implica conhecer o território de maneira contínua e comprometida, não apenas em seus aspectos geográficos ou na organização racional de seus elementos sociais, econômicos, políticos e culturais, mas sobretudo por meio da convivência com as pessoas que o habitam.

O conceito de território nas ciências sociais pode ser entendido como uma construção multidimensional que envolve aspectos econômicos, políticos e culturais, sempre relacionados ao espaço. Inicialmente, o território estava vinculado ao controle estatal e à delimitação de fronteiras, especialmente no contexto da geografia política clássica. No entanto, a noção de território evoluiu para uma compreensão mais complexa, integrando relações sociais, poder e culturais (Vale; Saquet; Santos, 2005).

A territorialização, nessa perspectiva, ultrapassa a leitura técnica ou cartográfica do espaço. Ela envolve o estabelecimento de vínculos e o aprofundamento das relações humanas, reconhecendo que, mais do que ruas, construções e pontos de referência, os territórios são compostos por sujeitos, saberes, histórias e modos de vida. Conhecemos a realidade não apenas por indicadores sociais, mas pelo que as pessoas falam, sentem, pensem e agem. É por meio a convivência entre seres humanos que se torna possível acessar a complexidade da realidade local, aprender com ela e, assim, construir práticas extensionistas enraizadas e transformadoras.

Nesse contexto, uma outra característica fundamental da extensão, orientada pela educação popular, é a escuta autêntica, empática e ativa das pessoas cuja proposta pressupõe o estabelecimento de formas concretas de escutar e compreender como os sujeitos se sentem, pensam e agem diante dos problemas sociais que vivenciam em seus territórios. As maneiras de sentir, pensar e agir constituem a matéria-prima do processo extensionista, sendo elementos mobilizadores para a construção de ações sociais que façam sentido para as comunidades envolvidas, em sintonia com suas demandas e necessidades reais.

Freire (1996) nos lembra que ensinar, na perspectiva da educação popular, exige saber escutar. “Escutar, no sentido aqui discutido, significa disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro” (Freire, 1996, p. 43).

Nessa perspectiva, a escuta é um elemento essencial para que ocorra o diálogo e o respeito aos saberes e à realidade dos educandos. Freire enfatiza que o educador deve escutar de maneira atenta e crítica, assumindo assim o educando o papel de um sujeito ativo em todo processo de educação. Assim, cria-se um ambiente dialógico onde a construção do conhecimento acontece de forma compartilhada, valorizando-se os diferentes saberes.

Dessa forma, o processo de escuta assume um papel central não apenas no fortalecimento da convivialidade, mas também na elaboração de ações extensionistas que tenham pertinência e relevância social. Trata-se de criar espaços em que as pessoas possam não apenas expressar suas necessidades, mas também apresentar suas próprias formas de enfrentamento, suas estratégias de resistência e suas propostas de superação dos desafios vividos. A escuta, portanto, é também um ato político e pedagógico, capaz de sustentar ações extensionistas verdadeiramente comprometidas com a transformação social.

A extensão universitária orientada pelos princípios da educação popular incentiva a participação social como dimensão central do processo formativo. Essa participação deve ser compreendida como envolvimento ativo, crítico, criativo e propositivo das pessoas que integram os territórios — sejam elas vinculadas a comunidades, serviços de saúde, educação, assistência social, entre outros — nos diversos momentos e espaços da ação extensionista.

Nessa perspectiva, a extensão deixa de ser uma ação unilateral da universidade em direção à comunidade para se configurar como um trabalho compartilhado entre diferentes sujeitos. Os protagonistas sociais locais tornam-se cointerlocutores e coautores das atividades de extensão, contribuindo de maneira direta para a formulação, execução e avaliação das ações. Sob essa perspectiva, os comunitários não são meramente beneficiários das ações de extensão, uma vez que a extensão se transforma em um trabalho colaborativo, assumido por diferentes atores, onde os comunitários passam a desempenhar o papel de cointerlocutores e coautores das atividades (Calado, 2021).

Nesse processo, eles contribuem ativamente para a construção e implementação das ações, participando de forma ativa e crítica, o que fortalece o caráter dialógico e emancipador da extensão, conforme os princípios da educação popular. Trata-se, portanto, de construir práticas colaborativas e horizontalizadas, fundadas no reconhecimento mútuo e na corresponsabilidade pela transformação social.

Outra característica fundamental que a extensão universitária, orientada pela educação popular, precisa assumir é a perspectiva do apoio social. Os projetos de extensão devem se articular às resistências e lutas existentes em cada território. Em todo contexto de atuação, é possível identificar práticas de enfrentamento, mobilizações populares e formas organizadas de resistência às múltiplas expressões da vulnerabilidade e da opressão. As comunidades e os povos não estão em estado de passividade; ao contrário, constroem cotidianamente alternativas, experiências e respostas próprias às dificuldades que enfrentam. A educação popular pressupõe a luta por um sistema social mais justo, sem barreiras de classe, sem alienação das pessoas e construção e valorização da cidadania (Cruz, 2017).

Nesse sentido, a extensão popular ensina que as soluções para os problemas sociais não estão restritas ao espaço acadêmico. As soluções também são gestadas nos territórios, a partir dos saberes, das práticas e das articulações coletivas locais. Por isso, torna-se essencial que os projetos extensionistas reconheçam, se conectem e incorporem os processos de resistência e de luta social como parte constitutiva de sua ação. Cabe à universidade fomentar a construção e a mobilização de redes de solidariedade local e comunitária, contribuindo para o fortalecimento dos sujeitos e das organizações que atuam na transformação da realidade social.

Por fim, um elemento central em todo esse processo é o diálogo, compreendido como uma via de construção compartilhada do conhecimento e das ações sociais e pedagógicas. Trata-se de uma prática orientada pela complementariedade entre os saberes, e não pela lógica da competição entre eles. A superação dos problemas sociais e a formulação de respostas efetivas às demandas concretas não dependem da imposição de um saber sobre o outro — seja o científico ou o popular —, mas da capacidade desses saberes de dialogarem entre si, reconhecendo-se mutuamente como legítimos e necessários.

O diálogo, nessa perspectiva, não busca hierarquizar conhecimentos, mas promover o aprendizado recíproco, valorizando as potencialidades que emergem da interação entre diferentes formas de saber. A complementariedade entre saberes acadêmicos e populares é, portanto, uma estratégia essencial para alcançar os objetivos sociais e pedagógicos da extensão universitária, especialmente quando orientada pela educação popular e comprometida com a transformação da realidade. Conforme enfatizado por Freire (1996), a

educação libertadora é construída na interação respeitosa entre educadores e educandos, onde os saberes populares são valorizados e a consciência do processo educativo é continuamente renovada.

3. Vantagens de orientar a inserção curricular da extensão pela perspectiva da educação popular

Orientar o processo da inserção curricular da extensão com base na educação popular apresenta diversas vantagens. A principal delas reside no fato de que, sob a perspectiva da extensão popular, os estudantes têm a oportunidade de conhecer a realidade social de maneira mais aprofundada e compreender como a vida se manifesta. Assumir a realidade social como ponto de partida significa, sobretudo, compreender os desafios que permeiam a existência, os espaços em que a vida se desenvolve e onde se revelam e se constroem os próprios objetos do ensino e da pesquisa. Dessa forma, ensino, pesquisa e extensão passam a se guiar por temas enraizados na vida concreta.

Uma segunda vantagem é que a extensão integrada ao currículo, sob a perspectiva da educação popular, possibilita o encontro com o outro e com a outra. Essa integração permite que os estudantes estabeleçam contato com as pessoas, conectando-se às suas diversas formas de sentir, pensar e agir. Nesse processo, têm a oportunidade de compreender seus saberes e práticas, ao mesmo tempo em que exercitam o diálogo como elemento mediador na construção das ações universitárias.

Outra vantagem da extensão orientada pela educação popular é a liberdade que ela proporciona para construir, de forma coletiva, nos territórios e nos contextos de atuação, exercícios de criatividade e novos modos de realizar práticas sociais e profissionais, tornando-se, pois, em grande medida, um verdadeiro laboratório de experimentação, tanto de práticas, quanto de concepções, inclusive no campo das políticas públicas. Muitas tecnologias sociais e políticas públicas consistentes tiveram origem em experiências bem-sucedidas de extensão universitária.

Nesse sentido, a extensão permite a elaboração de novas formas de pensar e de agir diante de distintas temáticas e desafios concretos. Os aprendizados decorrentes dessas experiências podem mobilizar transformações significativas, contribuindo para a construção de novas políticas públicas, bem como para a sistematização de conteúdos, estratégias e proposições voltadas à qualificação das pessoas e à promoção da justiça social.

Vale ressaltar ainda que a extensão popular promove um exercício pedagógico no qual se estimula que os estudantes, ao imergirem e conviverem com a realidade, deixem emergir e expressem as suas perplexidades. Esse processo possibilita que o estudante se insira na realidade social não como alguém que leva respostas prontas, mas como um aprendiz em permanente formação. A partir dessa postura, torna-se possível trabalhar, de forma orientada, as inquietações, as curiosidades, as elaborações e as reflexões que surgem como resultado da vivência nos territórios.

Sempre que o estudante é inserido em contextos comunitários por meio da extensão, emergem questões que mobilizam seu pensamento, despertam sua sensibilidade e provocam sua capacidade crítica. Essas experiências constituem um campo fértil para o desenvolvimento de uma formação comprometida com a realidade social e com a construção de conhecimentos significativos.

Outra vantagem de integrar a extensão popular ao currículo é a possibilidade de exercitar uma construção ética e socialmente comprometida da aplicação e implicação da ciência. Ao se compreender a realidade social percebe-se o quanto os saberes e conhecimentos acumulados pela pesquisa e pelo ensino podem ter um sentido concreto nas comunidades e nas vidas das pessoas, na medida em que a utilidade do conhecimento acadêmico passa, assim, a estar orientada para a resolução de problemas reais, para o enfrentamento de sofrimentos e para a superação de dilemas humanos concretos.

Nesse contexto, os problemas, os temas de pesquisa e as questões de aprendizagem deixam de ser apenas instrumentos voltados ao desempenho acadêmico, como estudar para uma prova ou obter uma boa nota. Eles se transformam em meios para promover dignidade, justiça e, em muitos casos, salvar vidas. Trata-se, portanto, da construção de um novo sentido para o conhecimento científico: um saber que, ao se implicar com a vida, revela sua potência transformadora.

Apesar das muitas vantagens de integrar a extensão aos currículos dos cursos superiores a partir da perspectiva da educação popular, encontramos no processo muitos desafios que precisarão ser enfrentados e tratados. Um dos primeiros desafios no processo da inserção curricular da extensão sob a perspectiva da educação popular é romper com a concepção de extensão como um apêndice da universidade. Esse modelo ainda presente em muitas instituições reforça a ideia de que a extensão ocupa um lugar secundário ou acessório

em relação ao ensino e à pesquisa. No entanto, ao adotar os fundamentos da educação popular, busca-se justamente fortalecer a extensão como ponto de partida da ação universitária.

Essa concepção é proveniente de um modelo de universidade que historicamente prioriza mais a pesquisa e o ensino, como apresenta Cruz (2013, p. 182):

Historicamente, em muitas universidades europeias, prepondera a pesquisa científica como principal produção acadêmica, que gera saberes e tecnologias importantes para vida em sociedade, nos campos da saúde, da educação, da cultura, das engenharias, entre outras. Em algumas instituições acadêmicas, a atividade prioritária reside no ensino, de qualidade máxima, capaz de formar profissionais qualificados para atuarem na sociedade, na prestação de serviços úteis para diversos grupos sociais.

Uma das características preponderante das nossas universidades é o foco no ensino, na formação de profissionais técnicos qualificados para o mercado de trabalho, o que justifica para alguns o alto volume de conteúdos ministrados, sufocando outras ações que também contribuem para formação mais humana, a exemplo da extensão.

Ao integrar a extensão no currículo na perspectiva da educação popular, a extensão deixa de ser complementar para assumir um papel estruturante e central, capaz de orientar práticas de ensino e pesquisa implicadas com a realidade social. Assim, o conhecimento produzido na universidade ganha sentido e aplicação concreta na vida das pessoas, promovendo uma ciência edificante e comprometida com a transformação social.

Neste sentido, é fundamental não reduzir a discussão da inserção curricular da extensão a apenas creditação da extensão ou a curricularização da extensão, como tem acontecido em muitas universidades. A inserção curricular da extensão não deve apenas um procedimento técnico, burocrático, institucional, de como a extensão vai se converter em crédito ou disciplina para o currículo. A inserção curricular da extensão vem justamente para provocar a pensar nos princípios, abordagens e dinâmicas da extensão que podem contribuir com as mudanças necessárias na formação universitária.

A centralidade está em discutir de que forma o fortalecimento da extensão nos currículos pode contribuir com as mudanças desse próprio currículo, no sentido que construir um currículo socialmente referenciado.

Neste sentido, é preciso rejeitar a disciplinarização da extensão, ou seja, aprisionar a extensão em disciplinas. A crítica consiste não no método em si, mas em reduzir a inserção

curricular da extensão a isso. Pode até ser possível pensar na extensão por meio de disciplinas específicas, mas não se pode perder de vista objetivo maior da extensão. É preciso evitar colocar a extensão em caixinhas que não dialogam entre si, que não dialogam com a pesquisa e como ensino. A disciplinarização isolada da extensão reduz a participação ativa e crítica dos estudantes.

No currículo é importante garantir tempo e espaço para que extensão ocorra de forma efetiva. Isso nos leva a refletir na organização do currículo como um todo. Muitos estudantes estão sobrecarregados com tantas disciplinas e conteúdos e por isso não se sentem motivados a realizarem ações de extensão, que exigem tempo e dedicação. Assim, para uma inserção curricular efetiva, precisamos garantir que o tempo e espaço necessário para os alunos se dedicarem as ações de extensão, sem criar novas sobrecargas. Neste processo é possível também reorientar alguns componentes curriculares para deixarem de serem componentes curriculares quadrados para que possam ser cada vez mais teórico-práticos, ressignificando-os por meio da extensão.

É preciso garantir espaços e oportunidades na organização curricular para que os estudantes façam mediações, escolhas e alternativas entre os vários projetos e programas de extensão das universidades. É preciso estimular que os estudantes se envolvam nas práticas de extensão e que eles tenham a possibilidade de procurarem projetos programas de extensão que estejam mais conectados com as temáticas de preferência deles e delas, que eles tenham maior conhecimento, que eles tenham maior envolvimento e assim possam participar desse projeto até com mais prazer e com mais impulsão também.

É fundamental refletir sobre a forma de avaliar a extensão, assegurando que o processo seja coerente e alinhado à concepção que orientará sua inserção no currículo. Tal avaliação deve pautar-se pelo rigor e pela harmonia com os princípios que fundamentam a extensão a ser implementada.

Impõe-se a adoção de uma postura criteriosa e rigorosa na condução do processo de avaliação das propostas de extensão universitária. Nem todas as iniciativas apresentadas como extensão atendem, de fato, aos princípios que caracterizam essa dimensão formativa. Em muitos casos, observa-se a presença de ações que, embora denominadas extensionistas, reproduzem perspectivas conservadoras, prescritivas, normativas e autoritárias de educação,

distanciando-se dos fundamentos que orientam uma prática verdadeiramente dialógica e transformadora.

Essa preocupação está alinhada ao que estabelece o Plano Nacional de Extensão Universitária, bem como às diretrizes da Política Nacional de Extensão, construídas coletivamente e defendidas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX). Tais documentos reafirmam a centralidade do diálogo, da participação e da construção coletiva como princípios essenciais para a legitimidade das ações extensionistas no contexto acadêmico (FORPROEX, 2012).

É fundamental valorizar as iniciativas de extensão que se concretizam em processos educativos, sociais e culturais capazes de promover a participação social, estabelecer relações dialógicas e priorizar o protagonismo e a colaboração com grupos sociais em situação de vulnerabilidade. Devem-se priorizar experiências que resultem em desdobramentos efetivos na produção de conhecimentos, tecnologias, ideias, saberes e produtos que contribuam com provocações e proposições para a formulação de políticas públicas e para a inserção curricular. Também é essencial fomentar práticas extensionistas dialógicas, participativas, humanizadoras e emancipadoras, ao mesmo tempo em que se problematizam e se rejeitam ações de caráter assistencialista ou mercadológico, estas últimas frequentemente voltadas mais à elaboração de produtos para comercialização do que à efetiva transformação social.

Outro aspecto de grande relevância, no fortalecimento da inserção curricular da extensão, é o incentivo à articulação entre as atividades extensionistas, os projetos de monitoria e as iniciativas de pesquisa desenvolvidas nos programas institucionais, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Integrar essas dimensões rompe com a visão fragmentada que ainda persiste em algumas instituições, na qual a extensão é tratada como um elemento periférico, desvinculado do ensino e da pesquisa.

Nesse sentido, é fundamental promover projetos de monitoria que estejam diretamente ligados às experiências de extensão integrada ao currículo, bem como estimular a elaboração de projetos de pesquisa que tenham origem em questões concretas emergidas nas práticas extensionistas. Tal integração permite não apenas uma formação mais coerente e significativa, como também fortalece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio estruturante da educação superior pública brasileira. Trata-se de um exercício contínuo de superação das barreiras institucionais e epistemológicas que ainda

separam essas dimensões, em favor de uma universidade mais integrada, crítica e socialmente comprometida.

Considerações finais

A partir do aprofundamento teórico-prático da temática apresentada, foi possível perceber que a inserção curricular da extensão representa muito mais que um processo burocrático e técnico. Ao analisá-lo à luz da educação popular concluímos que ele pode representar uma oportunidade de ressignificação do currículo universitário, bem como em uma reflexão profunda do papel da universidade na sociedade brasileira. Entretanto, para que isso ocorra torna-se fundamental refletir sobre que extensão será integrada ao currículo, reconhecendo que a extensão é um termo polissêmico e assume diferentes concepções e intencionalidades.

Ao analisar estas diferentes concepções de extensão: assistencialista, mercantilista, acadêmica e popular, observou-se que o conceito de extensão popular, a partir da percepção da extensão como um trabalho social útil, pode contribuir de forma significativa para construção e concretização de uma universidade pública socialmente referenciada, comprometida com a transformação da realidade e com a produção de conhecimento em diálogo com os saberes populares e com os sujeitos coletivos dos territórios.

Importante destacar que os princípios e diretrizes da extensão devem permear todo o processo de inserção curricular da extensão. Entre elas, destacamos produções científicas que apresentam ações de extensão que promovam territorialização permanente e convivialidade; ações de extensão que buscam a escuta autêntica, empática e ativa; ações de extensão que são produzidas por meio participação social ativa, crítica, criativa e propositiva da comunidade; ações de extensão que promovam o apoio social, se conectando com as resistências e lutas, e por fim ações de extensão ancoradas no verdadeiro diálogo.

Outra proposição relevante é que a inserção curricular da extensão, a partir da educação popular, apresenta múltiplas contribuições formativas, ao permitir que os estudantes se aproximem da realidade social de forma crítica e dialógica, tomando-a como ponto de partida para o ensino, a pesquisa e a extensão. Essa abordagem possibilita o encontro com diferentes sujeitos e saberes, favorecendo assim a construção coletiva de práticas sociais e profissionais nos territórios.

Nessa construção coletiva, a extensão popular também se configura como espaço de experimentação pedagógica e de criação de alternativas voltadas à qualificação da vida social, contribuindo para a produção de políticas públicas e de novos modos de pensar e agir. Ao promover o envolvimento sensível dos estudantes com os desafios concretos da realidade, a extensão assume papel central na formação ética e na implicação social do conhecimento, ressignificando o fazer acadêmico como prática comprometida com a transformação.

Ao longo do caminho da inserção curricular da extensão é possível identificar muitos desafios, entre eles, uma extensão que segue como apêndice da universidade, falta de um processo de avaliação mais rigoroso e crítico das ações de extensão e falta de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, bem com outras atividades, a exemplo da monitoria, que deverão ser articulados com as ações de extensão integradas ao currículo.

Por fim, para efetivar a proposta da inserção curricular da extensão na perspectiva da educação popular é necessário criar espaços institucionais para participação popular e reconhecer a extensão como prática essencial para formação integral dos estudantes, ao mesmo que se revela como instrumento poderoso para contribuir para o enfrentamento das desigualdades e transformação social.

Cabe destacar que cada um dos desafios apresentados neste artigo possui múltiplas dimensões, exigindo análises mais aprofundadas. Recomenda-se, portanto, ao leitor a consulta à tese intitulada “A inserção curricular da Extensão na Perspectiva da Educação Popular”, de autoria de Aline Zorzi Schultheis de Freitas, como forma de ampliar a reflexão e aprofundar a compreensão sobre as questões aqui tratadas.

Referências

ARAÚJO, Renan Soares de; MÉLO, Celâny Teixeira de; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. Extensão Popular: marcos históricos. **Revista Temas em Educação**. João Pessoa. v. 30, n.1, jan/abr 2021.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. **Diário Oficial da União** [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2014.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. Ensino em na Extensão Universitária: caminhos, possibilidades, curricularização e educação popular. In: I Seminário nacional sobre formação em saúde e curricularização da extensão: desafios e perspectivas para o SUS, 2024, Brasília.

Vídeo. Departamento de Gestão da Educação na Saúde (DGES); Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SGTES), Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=16KotvRaY9c>. Acesso em: 31 out. 2024.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. A extensão em educação popular e seus significados no processo de reorientação da formação médica: um ensaio sobre a experiência da Universidade Federal da Paraíba. In: CRUZ, Pedro José Santos Carneiro; XAVIER FILHO, Mário César Soares (org.). **Extensão, saúde e formação médica:** caminhos de construção de experiências extensionistas, suas possibilidades e limites para a promoção da saúde e a formação médica. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017. P.227-252

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. Extensão Popular: um jeito diferente de conduzir o trabalho social da universidade. In: CRUZ, Pedro José Santos Carneiro et al (orgs.). **Educação Popular na Universidade:** reflexões e vivências da articulação nacional de extensão popular (anepop). São Paulo-João Pessoa: Hucitec Editora Editora Universitária UFPB, 2013. p. 181-201.

FERREIRA, Olgamir Amancia. **Guia de inserção curricular da extensão da UnB.** Brasília: Decanato de Extensão e Decanato de Ensino de Graduação, Universidade de Brasília, [s.d.]. Disponível em: <https://dex.unb.br/guiacurriculoextensao>. Acesso em: 5 nov. 2024.

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus: FORPROEX, 2012.

FREIRE, Paulo Freire. **Extensão ou Comunicação.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 23ª reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária:** Para quê? Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/noticias/557-extensao-universitaria-para-que>. Acesso em: 13 jan. 2021.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências.** 2. ed. rev. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

MELO NETO, José Francisco. Extensão Universitária: bases ontológicas. In: MELO NETO, José Francisco (orgs.). **Extensão Universitária:** diálogos populares. João Pessoa: Editora da UFPB, 2002, p. 7-22.

MIGUEL, José Carlos. A curricularização da extensão universitária no contexto da função social da universidade. **Revista Práxis Educacional**, v. 19, n. 50, 2023.

VALE, Ana Lia Farias; SAQUET, Marcos Aurélio; SANTOS, Roseli Alves dos. O território: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração. **Revista Faz Ciência**, v. 7, n. 1, p. 11-11, 2005. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/7380>. Acesso em: 15 jun. 2024.

Sobre os/as autores/as

Pedro José Santos Carneiro Cruz

Professor do Departamento de Promoção da Saúde do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular - EXTELAR (CNPq/UFPB). A ênfase de sua atuação se dá na área de educação popular, promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional em comunidades, bem como na extensão popular e formação universitária em saúde. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, Extensão Universitária, Educação em Saúde e Nutrição em Saúde Pública, com ênfase em educação popular e saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: educação popular, educação popular em saúde, educação alimentar e nutricional, segurança alimentar e nutricional, extensão popular, trabalho interdisciplinar. Trabalha na Coordenação do Programa de Extensão "Práticas Integradas de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica - PINAB" da UFPB. Email: pjcruzpb@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0610-3273>

Aline Zorzi Schultheis de Freitas

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Pedagoga e Diretora de Extensão e Produção na Pró-Reitoria de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Email: aline.schultheis@ifam.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6200-0976>

Luciélio Marinho da Costa

Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, com Estágio Doutoral Sanduiche, financiando pelo Programa PDSE/Capes, na Universidade de Barcelona/Espanha. Professor Associado da Universidade Federal da Paraíba. Integrante do Grupo de Estudos Educação Popular e Movimentos Sociais do Campo-UFPB/CNPq; Red Temática de Investigación de Educación Rural-RIER; Rede Diversidade e Autonomia na Educação Pública REDAP; Rede Latinoamericana em Pesquisa em Educação do Campo, da Cidade e Movimentos Sociais-RedePECC-MS. Pesquisador do Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais CECAMPE/Nordeste-Projeto "O Fortalecimento do Programa Dinheiro Direto na Escola na ... Email: leomarinhosufpb@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5872-4349>

Recebido em: 24/08/2025

Aceito para publicação em: 22/09/2025